



**ANPTUR**

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

V VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – 10 e 11 de setembro de 2009

Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

## **Comunidades Tradicionais, Cultura e Turismo: Bases Para o Desenvolvimento Local.**

Rosijane Evangelista da Silva\*

### **Resumo:**

A atividade turística de base comunitária pode constituir uma importante ferramenta para o desenvolvimento de populações tradicionais. Tais populações contam com a força histórica de aspectos culturais diferenciados, determinantes na construção de estratégias de etnodesenvolvimento por meio do turismo comunitário. O etnodesenvolvimento deve considerar e favorecer as características coletivas, reforçar as singularidades culturais e o sentido de pertencimento da comunidade e gerar os benefícios sociais, econômicos e ambientais que a mesma almeja. Esta proposta busca construir uma análise sobre o papel do turismo para o etnodesenvolvimento da comunidade quilombola de Filipa-Ma, e como se dá o envolvimento e a participação dos comunitários com a elaboração e gestão da atividade turística. O assunto trata-se da pesquisa de mestrado já em andamento e em fase inicial para verificação das contribuições do turismo comunitário para a comunidade quilombola de Filipa \_ Ma.

**Palavras chaves:** Cultura, turismo comunitário, etnodesenvolvimento, Filipa - Ma.

### **1. INTRODUÇÃO**

A expressão comunidade tradicional é quase sempre utilizada para identificar povos e grupos sociais que guardam uma continuidade histórica, cultural e identitária desde a conquista europeia da América. (Diegues, 2001 p.16). No Brasil tal expressão está associada às comunidades que desenvolvem modos de produção em que o trabalho não é visto como mera mercadoria e a dependência do mercado existe, mas não é total. Essas comunidades desenvolvem formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução cultural e social bem como percepções e representações em relação ao mundo natural e cultural marcadas pela idéia harmônica de

\* Mestranda em cultura e turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc. Bolsista da Capes.

associação com a natureza e seus ciclos. Entre as chamadas populações tradicionais estão as comunidades rurais remanescentes de quilombos.

O decreto governamental nº 6.040 de 07/02/2007 que institui a Política Nacional de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades tradicionais – PNPCT conceitua comunidades tradicionais como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição.

As comunidades quilombolas reduto histórico da resistência negra se enquadram nesse perfil. A Associação Brasileira de Antropologia define tais comunidades como toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado. (apud SUNDFELD, 2002, p.77). Tal conceito designa a situação dos segmentos negro em diferentes regiões e contextos, sendo utilizado para caracterizar um legado cultural e material que oferece a esses grupos uma referência presencial no sentido de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico.

Pesquisa da Universidade de Brasília-UNB (Navarro,2005) realizada pelo Centro de Geografia e Cartografia Aplicada (CIGA), identificou a existência de cerca de 2.228 comunidades remanescentes de quilombos no Brasil. Desse total, de acordo com o levantamento 642 comunidades estão no Maranhão. O estado do Maranhão recebeu no período colonial, um grande contingente de escravos, fato muito presente na formação da identidade e da diversidade cultural do estado e no grande número de comunidades rurais remanescente de quilombos lá encontrados.

Essas comunidades buscam o auto-reconhecimento identitário e a afirmação sócia cultural, questões que se agregam aos problemas socioeconômicos resultantes do seu isolamento geográfico do processo de formação histórico do país. As comunidades tradicionais têm papel determinante na construção de um padrão de desenvolvimento que

atenda suas necessidades e colabore na manutenção do meio onde estão inseridas, reforçando sua ligação com o território e com as paisagens culturais que compõem o meio ambiente. A busca por atividades alternativas, que visem a preservação cultural e ambiental das áreas onde vivem essas comunidades e que promovam o seu desenvolvimento em escala humana é um desafio contínuo para esses grupos.

Para as populações tradicionais que buscam a manutenção de seus códigos culturais e sociais, seu modo de pensar e de viver, ou seja, a manutenção de suas expressões culturais traduzidas na construção coletiva de experiências vividas é importante valorizar os elementos singulares e intangíveis que identificam as energias sócio culturais que podem constituir-se fatores fundamentais para o desenvolvimento. Nesse contexto a cultura torna-se fator essencial no processo de construção de experiências e vivências voltadas para o desenvolvimento local.

Verheslt (1992) pondera que a cultura é dinâmica geradora de sentido que, ao ser analisada como fator de desenvolvimento pode desempenhar papel importante na reafirmação dos laços sociais, na valorização das potencialidades coletivas e individuais e na defesa das singularidades da comunidade. A cultura para Sahlins (1997) pode aparecer como um instrumento de luta contra a cultura imperialista e como fator de tomada, por parte de povos e comunidades, de controle do próprio destino nas mãos.

Este estudo é parte da pesquisa de Mestrado em Cultura e Turismo, que se encontra ainda em fase inicial. A referida pesquisa pretende através da etnografia, conhecer a atividade turística em fase de implantação na comunidade quilombola de Felipa no interior do Maranhão e objetiva analisar o papel da população local no processo de gestão do turismo comunitário, bem como identificar os aspectos culturais da comunidade que funcionam como fator de desenvolvimento local.

## **2 CULTURA, ETNODESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

Antes de tratar de etnodesenvolvimento e comunidades quilombolas é necessário levantar algumas percepções sobre o universo da cultura que caracterizam tais comunidades, que as tornam atraentes para o turismo e para o consumo, além de colaborar com seu conjunto simbólico para formatação de estratégias para o desenvolvimento local.

Para Sahlins (1997) a cultura nos possibilita compreender a organização da experiência e da ação humana por meios simbólicos. Para o autor as “pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados”. Assim o homem e suas manifestações podem se configurar em como um produto cultural.

Geertz (1989) apresenta um conceito de cultura em construção que não se dissocia do conceito de homem, pois faz parte de suas experiências, não foi acrescentada ao homem, mas cresceu com ele. Segundo o autor (1989) o comportamento do homem é dirigido por padrões culturais, ou seja, um conjunto de organizado de símbolos significativos que norteiam e dão formas a suas experiências. Assim a cultura é a totalidade acumulada desses padrões, condição essencial para a existência humana.

A cultura molda seres humanos diferenciados, frutos das experiências que vivem ao longo de sua existência. Como resultados dessas experiências que faz cada homem único que a cultura estabelece vínculos entre os homens e determina sua base de construção coletiva e os identifica como membro de um grupo, uma etnia. A cultura é mola propulsora, capaz de engendrar dinâmicas criativas, inovações, formas de representações capazes de modificar a base material do desenvolvimento e seus sistemas simbólicos, entendidos aqui como valores, crenças, conceitos, representações, idéias e identidades. Esse conjunto se apresenta não apenas como dimensão essencial do desenvolvimento, mas como recursos ativos a serem mobilizados e transformados em diferenciais estratégicos em prol do mesmo.

A noção de etnodesenvolvimento é quase sempre confundida com o conceito de desenvolvimento sustentável das comunidades étnicas, porém tal noção é pouco abrangente e apesar de etnodesenvolvimento estar contemplado pela sustentabilidade, seu papel enquanto fator revigorante do patrimônio cultural e fortalecedor do pertencimento étnico envolve questões mais amplas.

O discurso sobre etnodesenvolvimento surgiu no contexto latino-americano de modo mais relevante a partir da década de oitenta como fruto de debates da reunião de especialistas em etnodesenvolvimento e etnocídio em São José da Costa Rica. O conceito de etnodesenvolvimento se formou como uma oposição alternativa às teorias desenvolvimentistas e etnocidas que de acordo com Verdum, “tomavam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como obstáculo ao desenvolvimento, á modernização e ao progresso” (apud Faria, 2005:72).

Stavenhagem propõe um conceito que caracteriza etnodesenvolvimento como “um desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade” (apud Gruneweld, 2002:51). Desse modo, o referencial de etnodesenvolvimento perpassa pelas questões da sustentabilidade, mas considera além delas. Considerando a definição de Stavenhagem o etnodesenvolvimento significa que “a etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”. (apud Gruneweld, 2002).

O etnodesenvolvimento pressupõe e exercita a capacidade social dos atores tradicionais de por meio de projetos definidos de acordo com seus valores e anseios, alicerçados nos recursos reais e potenciais disponíveis no seu território, na utilização de seus significados e experiências históricas e coletivas guiar de forma autônoma seu desenvolvimento. A identidade étnica de um grupo é o alicerce para sua forma de organização, para sua relação com os demais grupos e de seu agir político. A atitude pela qual os grupos sociais definem o próprio pertencimento é resultado de uma confluência de

fatores, determinados por eles mesmos, na qual constam itens como uma ancestralidade comum, formas de organização política e social, elementos lingüísticos e religiosos. As comunidades quilombolas são comunidades e grupos sociais cujos processos identitários de construção social e cultural os distinguem do restante da sociedade.

A formação das comunidades de quilombos teve sua origem a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição (Almeida, 2000). A expressão quilombo, de origem banto (Kilombo), significa acampamento ou fortaleza, está presente na historiografia brasileira desde a primeira metade do século XVIII, usada pelos portugueses para designar as povoações ou agrupamentos constituídos por escravos fugidos dos cativeiros. O Conselho Ultramarino de 1740 descreveu quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passam de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões neles.” (apud Sundfeld, 2002:77). A idéia de quilombolas como sendo escravos fugidos e isolados em locais de difícil acesso, sem nenhuma comunicação ou troca comercial com o meio circundante, em um regime de auto-suficiência e de negação do trabalho perpassou os séculos intacta e tem ressonância ainda hoje.

A construção dos quilombos foi alterando-se, principalmente com a eminência do fim da escravatura e, sobretudo após esta tornar-se um fato. Tais comunidades passam, então, a abrigar agrupamentos livres que devido ao seu poder de auto – organização e suficiência permaneciam isoladas favorecendo desse modo a manutenção de um legado cultural e material que conferem a tais grupos uma referência de pertencimento e identificação com um passado ancestral deixado na África. (Garcia apud Sundfeld, 2002:7).

A partir dessa perspectiva foram definidos parâmetros de reconhecimento desses grupos que contrastam com o antigo conceito colonial a que melhor se adequam á realidade

das comunidades quilombolas existentes hoje. Entre esses parâmetros destaca-se a autonomia vivida pelas comunidades, tida como essencial na caracterização do grupo como quilombola. Outro parâmetro importante na identificação das comunidades quilombolas é a terra. A territorialidade é um fator fundamental para as comunidades tradicionais, entre elas, as quilombolas. A ocupação das terras não é exercida individualmente, também não é de todo comunal. Convivem nas sociedades quilombolas formas de apropriação privada e coletiva conjunta e harmoniosamente, o que é individualizado é o produto do trabalho sobre a terra, o fruto da colheita, a casa de farinha. Sobre o manejo do espaço territorial, Almeida esclarece que “obedece a uma sazonalidade das atividades, sejam agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço que tomam por base laços de parentesco e vizinhanças, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade” (1998:178-179).

Assim, a questão da terra está centrada na identidade coletiva da comunidade, construída por valores onde os laços de consangüinidade e compadrio se sobressaem. E Almeida prossegue destacando que “os recursos hídricos, por exemplo, não são individualizados; os recursos da caça, da pesca, do extrativismo não são também individualizados. Entretanto as “roças” ou tratos agrícolas são sempre individualizados num plano de famílias, pois ninguém divide o produto da “roça” coletivamente.” (1998:178-179).

Um aspecto bastante relevante para a afirmação dos grupos quilombolas é a maneira como os membros das comunidades, os agentes sociais se vêem e se definem. Mais importante que definições que remontam ao período colonial ou produzidas por estudiosos, instituições e políticas públicas, de acordo com Almeida é “como os próprios sujeitos sociais se definem e quais os critérios político-organizacionais que norteiam suas e mobilizações que forjam coesão em torno de uma certa identidade.”(1998, p. 35). As relações de identidade e pertença são reforçadas pelo modo comunal de produzir, pela valorização dos saberes e dos fazeres comunitários e pela manutenção das tradições culturais através das gerações.

Toda essa gama de influências herdadas da construção social das comunidades remanescentes de quilombos está presente no cotidiano de Filipa. São expressas pelos laços de união entre seus membros, pelo orgulho da herança cultural e da ancestralidade negra, pela valorização do tambor de crioula (manifestação tradicional de alegria que guarda muita da alegria e do batuque dos tambores africanos) e da festa do padroeiro São Sebastião, bem como pelas batidas do *reggae* incorporado mais recentemente e muito apreciado entre os jovens. Também estão presentes no modo de cultivar a terra, na forma de organização e nos valores que ordenam o dia-a-dia da comunidade. Essas sinergias presentes em Filipa a tornam terreno adequado para a realização de um desenvolvimento pautado no fortalecimento das singularidades étnicas no protagonismo e na autonomia comunitária, na distribuição equitativa dos benefícios e na valorização das riquezas e particularidades locais.

### **3 UMA VIAGEM POR FILIPA E O IMAGINÁRIO COLETIVO DO TURISMO COMUNITÁRIO**

A comunidade quilombola de Filipa, localizada a 12 km de São Luís, no município de Itapecuru-Mirim, e originada em bases simbólicas e históricas de resistência caracteriza-se como território culturalmente diferenciado que busca caminhos para sua sobrevivência econômica, social e cultural e pode encontrar nos princípios do etnodesenvolvimento e do turismo comunitário as respostas para seus questionamentos.

De acordo com dados do Centro de Cultura Negra do Maranhão através de informações coletadas pelo Projeto Vida de Negro-PVN (Relatório PVN, 2002) a economia de Filipa, voltada para a subsistência baseia-se na criação de animais de pequeno e médio porte, na agroindústria caseira e na agricultura familiar. A maior parte dos comunitários tem produções próprias ou comunais no sistema de meia com outras famílias, os excedentes são comercializados no município de Itapecuru e em outras cidades de região: farinha de mandioca principalmente, mas também feijão, milho, frutas e peixe, ainda produzidos por meios artesanais passados de geração em geração e mais recentemente por processos mais produtivos orientados por técnicos especializados.



A comunidade de Filipa tem experimentado desde meados dos anos noventa um processo de transformação. O desejo de melhorias foi despertado a partir de uma revalorização dos sentidos identitários culturais e coletivos de pertencimento e do fortalecimento de suas expressões étnicas que os levou a consolidar laços de união visando uma organização comunitária local a uma articulação com instituições representativas das comunidades tradicionais em esferas mais abrangentes.

As iniciativas vão desde a implantação em parceria com Embrapa-Ma de um projeto piloto de criação de galinhas caipiras híbridas, implantação de técnicas de cultivo de mandioca visando maior produtividade e uma agroindústria comunitária de produção para uma farinha de maior qualidade até uma plantação clonal de castanha de caju para distribuir sementes para outras comunidades e produtores e montagem de tanques para cultivo de peixes com vistas a transforma-se em um pesque e pague.

O desenvolvimento dessas iniciativas de pequeno porte que devido às características particulares do conjunto comunitário tem produzido bons resultados tem despertado interesse pelo modo de vida e de produção de Filipa e observa-se a chegada espontânea de pequenos grupos de visitantes que vêm em busca de produtos locais, de contato com a comunidade ou da tranqüilidade e das belezas locais. Assim, tem surgido em Filipa, formas ainda insipientes de turismo que apesar de não gerar recursos suficientes para satisfazer as necessidades da comunidade começa a despertar o interesse dos comunitários.

O turismo de base comunitária é definido como uma atividade que tem suas bases na integração com os rumos do desenvolvimento regional, na gestão comunitária do receptivo, na vivência e troca de saberes entre turistas e comunidades, na valorização cultural e ambiental e no amplo acesso aos benefícios do turismo. (MINTRAUD,2003), pode desempenhar um papel no etnodesenvolvimento das comunidades tradicionais. O turismo de base comunitário planejado e desenvolvido pelas comunidades, pode constituir uma estratégia eficaz de desenvolvimento sócio cultural humano e ambiental. Para tanto a atividade deve considerar as reais necessidades e os anseios da comunidade, sobretudo de comunidades como Filipa detentoras de um patrimônio cultural diferenciado.

Praticado segundo essa diretriz, priorizando a experiências comunitárias e a participação efetiva em todas as etapas da atividade o turismo comunitário que partilha os valores característicos do etnodesenvolvimento, bem como os elementos básicos que impulsionam as comunidades quilombolas, é possível vislumbrar uma perspectiva potencial de desenvolvimento holístico para essas comunidades.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O turismo é caracterizado hoje como um importante instrumento de dinamização sócio econômico, mas não apenas isso. O turismo por si só é uma atividade cultural. Conhecer lugares, manter contato com pessoas do local, desfrutar da gastronomia e vivenciar as experiências locais é compartilhar de elementos e significados singulares, é participar da representatividade cultural dos locais visitados. Por tudo isso para além da motivação que leva uma pessoa a buscar lugares diferentes do seu lugar cotidiano, para além do turismo cultural, do turismo de natureza ou de eventos, etc. e para além dos aspectos econômicos a atividade turística é na sua natureza uma experiência cultural. Desse modo o turismo não pode e não deve ser analisado de forma isolada e dissociada do contexto social e cultural, pois a atividade, seja como atrativo seja como experiências vividas pelos turistas, sempre manteve uma relação com a cultura enquanto base da vivência humana.

A riqueza cultural de uma comunidade, ao ser preservada como forma de manutenção do grupo, serve de fomento para a atividade turística, principalmente neste momento onde cresce o interesse pela pluralidade étnica e diversidade cultural existente nas sociedades.

Freire-Medeiros (2007) citando Bauman sugere que as viagens são empreendidas no intuito de nos diferenciarmos, porém, nesse processo de diferenciação

partimos em busca de nós mesmos. E Freire-Medeiros (2007) continua enfatizando a busca por autenticidade e de auto-realização tão característica de práticas turísticas alternativas que tem despertado nos turistas interesse por lugares singulares.

O capital social e as sinergias culturais das comunidades tradicionais e especificamente da comunidade de Filipa são estímulos para a implantação da atividade turística tanto no espaço natural – envolvendo atividades ligadas ao meio ambiente e a rotina rural - quanto do turismo cultural – direcionado para a vivencia de tradições e costumes específicos da comunidade quilombola. Em Filipa o legado e as singularidades culturais organizados em padrões muito particulares reforçam a participação e o protagonismo da comunidade na implantação e gestão do turismo que deseja e na construção de um desenvolvimento que seja endógeno e sustentável.

Essa nova forma de conceber o turismo institui as bases de um novo modelo de planejamento turístico que pautado no designo e nas necessidades dos verdadeiros protagonistas de sua operacionalização, ou seja, a comunidade. Esse modo de pensar a atividade turística tem recebido pouca atenção de governos e órgãos de fomento do turismo no Brasil. A experiência nascida da pratica, tem se consolidado como referencia em alguns países latino americanos, onde assume o caráter de política publica de desenvolvimento (REDESTUR, 2001). No Brasil está dando ainda os primeiros passos. Filipa começa a pensar e desenvolver seu turismo e busca fazer isso como uma construção coletiva que respeita e considera seu modo de vida e seu legado ancestral, características essenciais que representam quem eles são e constituem seu maior atrativo turístico.

## **5 REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Negros da Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território.** São Paulo: Editora gráfica, 2000.

AMBIENTE BRASIL. **Comunidades Remanescentes de Quilombos: Contribuição para o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Disponível em:

<http://www.ambientebrasil.com.br/composer>. Acesso em: 09 de janeiro de 2008.

AMORIM, C. R. (org.). **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do Território**. São Paulo: ITESP, 1998.

DIEGUES, A. C. S. (Org.); ARRUDA, Rinaldo S V (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. 4. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001. v. 4. 176 p.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana . **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC e NUPAUB, 2001. v. 1. 161 p.

FARIA, Ivani (org). **Identidade e turismo: Patrimônio e Sustentabilidade**. Manaus: EDUA (2005).

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais-Vol.22 nº 65 2007.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

GRUNWALD, Rodrigo de Azeredo. **A Reserva da Jaqueira: Etnodesenvolvimento e turismo in RIEDL, Mario, ALMEIDA, Joaquim Anécio, VIANA, Andyara Lima Barbosa (Orgs)**. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2002.

MITRAUD, Sylvia. (org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável**. Brasília, DF: WWF, 2003.

NAVARRO, Luciana. **Levantamento da UnB identifica 2.228 territórios quilombolas no Brasil, mas apenas 70 são reconhecidos pelo governo**. Universidade de Brasília, maio, 2005. Geografia. Disponível em: [www.unb.br/acs/unbagencia/ag0505](http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0505). Acesso em: 11 de outubro de 2007.

RELATÓRIO PVN. **Terras de Preto no Maranhão**. São Luis: SMDH/ CCN - MA/PVN, 2002.

.SUNDFELD, Carlos Ari (org). **Comunidades Quilombolas: direto a terra**. Brasília: Fundação cultural Palmares/ MinC/ Editora Abaré, 2002.

SAHLINS, Marshall. **O “pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção” (Parte I)**. Mana. Rio de Janeiro, v.03, nº01, 1997.

\_\_\_\_\_. **O “pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção” (Parte II)**. Mana. Rio de Janeiro, v.03, nº02, 1997.